

Políticas de Saúde, Condições de Vida e Repressão no Governo Dutra.

RICARDO AUGUSTO DOS SANTOS*

Violência não é fenômeno estranho na sociedade burguesa. Ela faz parte do cotidiano. Nas situações de pretensa normalidade democrática, quando a hegemonia burguesa parece alcançar consenso generalizado, as classes subordinadas e exploradas podem até não ter a percepção dessa violência, porque ela se dilui, se manifesta somente em episódios eventuais, se conserva latente como ameaça. Mas, ela ainda existe, pois sem o exercício do poder coercitivo não existira o Estado burguês. (GORENDER, 1987: 226)

Quando se estuda o período “democrático” do presidente Eurico Gaspar Dutra, deparamo-nos com um singular e aparente paradoxo. Foi uma experiência democrática brasileira ou houve obstáculos à participação política popular? Como caracterizar um regime que manteve restrito o acesso ao voto? Não havia liberdade de organização sindical e a estrutura partidária sofreu um duro golpe com a cassação do registro do partido Comunista. Partidos, sindicatos e manifestações espontâneas foram alvos de perseguições.¹

Um dos objetivos desta pesquisa é investigar a repressão exercida pelo estado contra os movimentos sociais, durante a conjuntura de transição conservadora após a ditadura do Estado Novo. Nosso estudo pretende recuperar a violência enquanto estratégia de controle social, particularmente naquele período de transição (1943-1948). Trataremos a repressão como uma ação estatal no sentido proposto por Gramsci: A presença coercitiva na construção e manutenção da hegemonia. Neste processo político de construção hegemônica, o uso e/ou ameaça da violência necessita ser autorizada. Ela é objeto de manipulação nas lutas culturais e ideológicas. A violência estatal ou seu uso legitimado pelos agentes sociais também constitui parte da hegemonia. Se na democracia liberal burguesa, a hegemonia de uma classe ou fração se exerce por consenso, reservando-se o uso da força para os momentos de crise, no período Dutra, o uso/ameaça da agressão política por parte das agências e agentes - autorizados ou tolerados - assumiu um caráter funcional. Contudo, contestaremos as formulações clássicas

*Ricardo Augusto Dos Santos é Pesquisador Associado da Casa de Oswaldo Cruz e Doutor em História pela UFF.

¹Apesar de o período ser analisado pela historiografia conservadora como uma época “democrática”, existe uma literatura crítica que demonstra os equívocos cometidos por esta investigação. Ao longo do texto, citaremos alguns exemplos da bibliografia que permite um estudo menos míope. Por exemplo, ver o texto de MOISES, Jose Álvaro. “Protesto Urbano e Política: o Quebra-Quebra de 1947”. In: Cidade, Povo e Poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

do liberalismo democrático, destacando a face autoritária presente nas idéias e práticas liberais desde o momento da formação e implantação da ordem burguesa.

Portanto, o uso da violência legitimada por parte do Estado, durante a transição conservadora, e a repressão aos movimentos políticos e sociais populares não desapareceu após 1945. No entanto, isso não constitui um fenômeno isolado. Nas democracias burguesas, a repressão aos movimentos sociais e políticos não é um fenômeno extraordinário. Se na democracia burguesa liberal, o exercício da dominação tem um alto grau de consentimento, reservando-se o uso legítimo da força pelo estado para os períodos críticos e tensos entre as classes ou frações, constatamos que no Governo Dutra a violência, e/ou ameaça de sua utilização, assumiu um caráter rotineiro.

Um dos objetivos do trabalho é caracterizar a violência e a repressão em relação às classes dominadas, como uma estratégia política e, diluída, construída ideologicamente para assegurar a hegemonia das classes dominantes e permitir a participação, uma “Ilusão Democrática”, das demais classes sociais no projeto político burguês-liberal, na chamada “redemocratização” ocorrida após 1945. A ilusão de que a repressão em relação às classes subordinadas diminui ou desaparece nos períodos não autoritários deve ser questionada, assim como o mito do Estado acima das classes. O Estado capitalista não é o árbitro imparcial das lutas sociais e, portanto, não pode ser analisado isoladamente, desvinculado da conjuntura histórica. O Estado promovendo um discurso de igualdade e justiça será surpreendido pelos movimentos sociais que, reivindicando seus direitos, desnudam esta falsa igualdade e revelam os conflitos sociais, constituindo um espaço de resistência.

O surgimento de movimentos sociais urbanos é, de modo geral, expressão das condições de vida e trabalho desiguais, demonstrando a situação dos trabalhadores diante de questões como habitação, alimentação, saúde, transportes, educação e salários. Ato repressivos sofrem estes movimentos quando em seu esforço de organização reivindicam muitos destes direitos.²

²Consultar POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A Democracia Intolerante. Dutra, Adhemar e a Repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

No contexto dos acontecimentos que ocorreram a partir de 1945, que incluíram protestos, depredações, greves, o paralelismo em relação à “redemocratização” foi um traço marcante. À espontaneidade dos movimentos populares, o Governo Dutra, que aparece com demasiada frequência na historiografia como o governo da “União Nacional” e da “Pacificação”, respondeu com repressão. O mito construído apresenta um governante atento a Constituição.³

As últimas horas de ontem, a cidade passou a viver em um ambiente de extrema agitação, que se prolongou até altas horas da noite, cujo habitual silêncio era quase que ininterruptamente cortado pelo silvo das sirenes dos carros policiais, ou pelo vozerio da população alarmada e curiosa que afluía aos grupos para as ruas, procurando inteirar-se do que de anormal havia. A princípio, a dúvida pairava no espírito de todos. Tudo era confusão. Correrias, gritos, pedradas, pauladas e a voz de: Quebra.⁴

Acontecimentos como este registrado no dia 30 de agosto de 1946, repetiram-se no Rio de Janeiro, São Paulo e em muitas cidades. A capital federal foi palco de uma série de manifestações. Em diversos bairros, estes movimentos, alguns espontâneos, mereceram por parte da polícia, sob o comando de Pereira Lira, a esperada resposta agressiva. Sobre Lira, vamos falar um pouco mais. Afinal, foi sob seu comando que os mais agressivos atos foram cometidos contra os cidadãos, em plena vigência democrática e nas vias públicas da cidade.

José Pereira Lira nasceu no dia 23 de agosto de 1899, filho de Belmiro Pereira Lira e de Maria Teófila de Sousa Lira. Coursou o primário e o secundário no Colégio Pio V na cidade da Paraíba, atual João Pessoa. Em 1916, transferiu-se para Pernambuco, ingressando na Faculdade de Direito de Recife. Ainda estudante, começou a praticar a advocacia. Em dezembro de 1919 bacharelou-se e, no ano seguinte, retornou à Paraíba, onde passou a trabalhar como advogado criminal. Em 1922, mudou-se para o Rio de Janeiro, ocupando os cargos de promotor público e, mais tarde, de procurador do estado da Paraíba no Distrito Federal. Em maio de 1933, elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte pela Paraíba, na legenda do Partido Progressista (PP). Assumindo em novembro do mesmo ano, integrou a Comissão Constitucional, composta por 26 deputados, com a incumbência de estudar o anteprojeto de constituição e as emendas apresentadas. Com a promulgação da nova

³MENDES JR., Antônio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História. Texto e Contexto. Era de Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁴Jornal Correio da Manhã. 31/08/1946.

Carta em 16/7/1934, teve o mandato estendido até maio de 1935. Permaneceu na Câmara até 10 de novembro de 1937, quando o Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país.

Durante todo o período ditatorial de Getúlio Vargas, Lira dedicou-se basicamente à advocacia. Em 31 de janeiro de 1946, atendendo ao chamado de Dutra, ele foi empossado na chefia do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Permaneceu no cargo até 12 de dezembro seguinte, quando foi designado para ocupar a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Com o término do mandato de Dutra, deixou o Gabinete Civil e, ainda em 1951, tornou-se ministro do Tribunal de Contas da União. Faleceu em maio de 1985. Sobre sua trajetória, além dos fatos marcantes acontecidos no Rio, sobressaem também os tumultos em sua terra natal.

Esses conturbados fatos foram explorados politicamente pelos seus opositores. Em 1950, ocorreram eleições para governador, vice-governador (os vices também eram eleitos pelo voto), senador, suplente de senador (também eleitos pelo voto), e deputados estaduais e federais. Candidato a senador, José Pereira Lira, na chapa encabeçada por Argemiro de Figueiredo, foi atacado pelo grupo adversário, aliado do candidato a governador José Américo de Almeida. As agressões eram lançadas por meio de folhetos, alertando que em 23 de maio de 1946, quando comandava a polícia no Rio de Janeiro, Pereira Lira teria ordenado os tiros contra manifestantes no Largo da Carioca.

Para matador de crianças e operários no Largo da Carioca, votai no Professor Pereira Lira; Para perseguidor dos humildes funcionários, votai no Professor Pereira Lira; Para o suborno e a palhaçada com os dinheiros da Nação, votai no Professor Pereira Lira; Para a mentira, a calúnia e a traição, votai no Professor Pereira Lira; Para a vossa desgraça e vergonha da Paraíba, votai no Professor Pereira Lira.

Sem dúvida, na história do Brasil, nos chamados períodos ditatoriais, a violência exercida contra as classes subordinadas nunca esteve ausente. Ocorre, porém, que o emprego da violência aos trabalhadores apresenta uma regularidade, pouco modificada pelas formas que as instituições políticas assumem, principalmente quanto ao estado, que nunca renuncia, mesmo nos momentos, breves, de autoritarismo diluído, aos instrumentos e leis com que é dotado nos períodos de ditadura. Com meios jurídicos autorizando, ou não, os atos discricionários nunca são interrompidos. São aperfeiçoados e sempre utilizados. Se durante a

vigência do estado de direito a proteção do indivíduo das classes subordinadas não é respeitada, em tempos de governo arbitrário o desrespeito torna-se a regra.

Consideramos que tais fatos ocorrem devido as vicissitudes do pensamento e das práticas liberais, que sempre conviveram muito bem com formas autoritárias de governo, no Brasil ou mesmo nas democracias consideradas clássicas. A produção historiográfica acadêmica tem se equivocado sobre a presença histórica do pensamento político liberal no Brasil. Nos Estados Unidos e na Europa vigorou e foi difundida uma leitura beneplácita do caráter autoritário do liberalismo. Com frequência, as análises não consideram as condições próprias e dinâmicas destas formações sociais. No caso brasileiro, devemos levar em conta que a presença do liberalismo, articulado ao pensamento político autoritário, nunca se encontrou em negação ao pensar e agir do autoritarismo.

Especificamente, na formação social brasileira, a resposta à pressão reivindicatória dos movimentos sociais dos trabalhadores nacionais sempre foi um conjunto articulado, e concomitante, de repressão com formas de incorporação corporativistas de participação, próprias do liberalismo-autoritarismo. E, se avanços e conquistas sociais frente às questões sociais - habitação, previdência, alimentação - foram conseguidas, deveu-se ao processo de transformação das democracias liberais, cuja gênese das políticas públicas de assistência está na ação dos movimentos sociais que forçaram a ampliação dos direitos de cidadania. E isto aconteceu devido à pressão dos movimentos populares, que pressionaram e induziram a transformação das relações entre estado, trabalhadores e os empresários das várias frações das classes dominantes.

Se nos momentos de esgotamento do período ditatorial, o liberalismo representa a transição democrática-conservadora, nos períodos em que o liberalismo não suporta as manifestações e aspirações democráticas e populares o autoritarismo cresce. Vejamos a seguir, o que diz Gizlene Neder:

Neste quadro, destacamos ainda o fato de que nos momentos de crise crônica da sociedade brasileira, quando o autoritarismo vê-se impossibilitado de propor alternativas para a saída da crise, o pensamento dominante busca no liberalismo estas saídas. Assim o foi na crise do regime monárquico e do escravismo, na redemocratização após a ditadura varguista, e o é no presente momento. Resta-nos caracterizar as especificidades e os limites deste liberalismo que, embora preso aos postulados liberais articulados na Europa, mostra-se na sua faceta mais

conservadora, moderada, tentando uma adaptação à realidade brasileira. (NEDER, 1979: 12)

Derrubado o Estado Novo, o país retornava a legitimidade constitucional e um novo quadro político surgia. Ponto importante deste processo de transição conservadora foi o “Manifesto dos Mineiros”. Mineiros, liberais e udenistas. Com um estilo bacharelesco formal, o manifesto trazia as características dos liberais udenistas. Após a deposição de Vargas, governo transitório de José Linhares, a posse do presidente eleito Dutra, as respostas autoritárias as manifestações emergiram. O PCB acabaria sendo colocado na ilegalidade. Não podemos esquecer que a linguagem ideológica da guerra fria completaria um conjunto de pressões contra os movimentos sociais. A linguagem ideológica associava os movimentos à “infiltração comunista”, fornecendo argumentos para a repressão.

Antes da promulgação da Constituição, o Governo Dutra governava por meio de decretos. No mês de março de 1946, o governo baixou o Decreto 9.070 proibindo as greves. No dia 1º de maio as comemorações dos trabalhadores foram proibidas. O período foi extremamente duro para os movimentos populares. Entre 1946 e 1950, mais de 400 intervenções nos sindicatos. Manifestações populares eram dissolvidas a bala. O movimento sindical seria mais uma vítima das atitudes repressivas por parte do Governo Dutra. Aqueles anos seriam marcados por associações sindicais que reivindicavam autonomia sindical e direito de greve.

Embora o PCB desenvolvesse uma luta pela organização sindical livre, acabava adotando uma política de contenção das greves. No entanto, seus militantes apoiariam os movimentos grevistas. Segundo Paul Singer, este período da história republicana foi o “governo da burguesia industrial”. Adotando uma política de arrocho salarial, concedendo pequenos aumentos, apesar da elevação do nível de produção, a política salarial e econômica constituía a alavanca para a acumulação de capital.

Com o fim da ditadura varguista determinada pela força dos liberais-conservadores, a questão política principal era se Getúlio conseguiria comandar o processo de “redemocratização” no poder, ou se completaria a transição mantendo-se no cargo. Estas forças se polarizavam em torno da seguinte questão: a nova constituição deveria ser preparada sob o governo de Vargas ou ele deveria renunciar, para que o processo fosse livre da presença

do ditador. De um lado, setores liberais-conservadores como a UDN, apoiavam o “todo poder ao judiciário”, e de outro, aqueles que queriam à “constituente com Getúlio”. Em 1945, Vargas concluíra alguns momentos decisivos da “Abertura Política”. Com o golpe de 29 de outubro de 1945, Vargas é posto fora do poder. Porém, com o seu apoio, Dutra, é eleito para a Presidência, derrotando o Brigadeiro Eduardo Gomes por uma diferença de 1,2 milhões de votos.

Em nossa pesquisa, delimitamos para análise o período entre 1943 e 1948. Estas datas referem-se ao lançamento do Manifesto dos Mineiros e o fechamento do PCB. Nesta conjuntura, deparamo-nos com um interessante e intenso processo de mobilização dos trabalhadores urbanos. Se a redemocratização com o fim do Estado Novo, com a convocação da Assembléia Constituinte, propiciava uma maior representação e participação política, entretanto, uma série de restrições reprimiria a presença e os desejos destas classes. Consideramos que uma das causas da visão equivocada dos anos do governo Dutra, deve-se a associação bastante difundida pelas idéias liberais que liberalismo é sinônimo de democracia e que nos governos liberais democráticos todos os indivíduos estão representados e possuem cidadania, isto é, tem as mesmas oportunidades e ninguém recebe privilégio. No entanto, todas as experiências liberais ocidentais sempre conviveram muito bem com formas autoritárias de exercer o poder e com a existência de desigualdades. No máximo, as nações em suas experiências liberais, possibilitaram a ampliação dos direitos de cidadania sob a reivindicação dos movimentos sociais, que pressionaram e induziram a transformação das relações sociais. Mas receberam, em troca, repressão e violência.

É evidente que a leitura equivocada sobre a presença histórica do pensamento político liberal do Brasil é reflexo ideológico do próprio liberalismo, edulcorando sua face conservadora, quando não autoritária, mesmo em suas formações sociais clássicas como as européias ou norte-americanas. E, no caso brasileiro, freqüentemente, as condições próprias da dinâmica da formação social brasileira são ignoradas. No período após a queda de Vargas e a entrada em cena na presidência do General Dutra, a resposta à pressão reivindicatória dos movimentos sociais dos trabalhadores nacionais foi repressão e um conjunto articulado de formas de incorporação corporativistas de participação.

Hegemonia armada de coerção, negociação, convencimento e consenso. Um espaço de consenso - e não só de coerção - entre os grupos cujos interesses faziam-se nele inscritos, consenso este construído a partir dos sujeitos coletivos organizados nos aparelhos privados de hegemonia - ou seja, na própria sociedade - bem como através da ação dos intelectuais que promoveram e difundiram a visão de mundo da fração de classe hegemônica.⁵

Simultaneamente ao processo de ascensão das forças populares, viveu-se um período de crise de abastecimento. O trabalhador conheceu tempos de racionamento. Grande parte da população carioca passaria por dificuldades frente ao consumo de alimentos. Procura maior que a oferta, mercado negro, os tubarões que eram os grandes comerciantes que não distribuía os viveres aos locais de vendas, fila para comprar pão e leite, alto custo de vida e a inoperância dos governantes. Chamado de período de redemocratização, o Governo Dutra, com uma forte repressão aos movimentos populares e sindicais organizados e nos chamados movimentos espontâneos, também é marcado pelo arrocho salarial.⁶

*Ai! Barracão/ Pendurado no morro/ e pedindo socorro/ a cidade a teus pés/ Ai!
Barracão/ Tua voz eu escuto/Não te esqueço um minuto/ Porque sei que tu
és/ Barracão de zinco/ Tradição de meu país/ pobretão/ Infeliz.*

Essa música, intitulada Barracão, de autoria de Luiz Peixoto e Oldemar Magalhães, gravada em 20 de agosto de 1952, nos remete a realidade dos problemas habitacionais da cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 40 e 50. Mas, também havia dificuldade de emprego, assistência médica, energia. Contrastando com a imagem de redemocratização e conciliação que parte dos livros de história passam, o período de governo do general Dutra foi de perseguição política, aumento do custo de vida e arrocho salarial. Quanto ao problema da crise de abastecimento de gêneros, a realidade era a existência de mercado negro com estoques escondidos esperando a alta de preços. Tudo levava ao martírio da época: as filas. Longas filas para a compra do leite, do pão, do açúcar. Sem falar no racionamento de energia. Por exemplo, no centro da cidade do Rio de Janeiro, a energia elétrica era fornecida através de um sistema de rodízio.⁷

⁵Sobre a adoção de teorias de matriz *gramsciana* para estudar o estado no Brasil, ver MENDONÇA, Sonia R. de (org.). O Estado brasileiro: agentes e agências. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

⁶Em seu livro "Panela Vazia" Alberto estuda as mazelas que assolavam o cotidiano da classe trabalhadora no período 1946-1950.

⁷Sobre as dificuldades na habitação, consultar "Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra" de Nabil Bonduki. In: As Lutas Sociais e a Cidade.

A conjugação dos processos de mobilização popular, participação política, crise de abastecimento, gerou um grupo de movimentos, espontâneos ou não, que demonstram uma intensa participação política por parte das classes descontentes, especialmente dos setores médios e dos trabalhadores urbanos. Entre o fim do Estado Novo e o alvorecer da década de 1950 assistiu-se a um número significativo de manifestações, cujo caráter foi dado por canais alternativos à política de “redemocratização”. De um lado, a presença popular a estas manifestações, e por outro, a extrema repressão que marcaram estes acontecimentos. Os jornais em suas manchetes estampavam os acontecimentos que marcavam o cotidiano. No jornal Correio da Manhã no dia 22/05/1946: “O Governo intervêm no mercado de gêneros. Os preços continuam a subir”. “Mercado negro. Negociantes do mercado negro. 800 toneladas de charque. 2.000 sacos de farinha, cebola, banha e manteiga apreendidos. Estabelecimentos comerciais da área do cais do porto e da rua do acre envolvidos”. “Bancários protestaram no palácio Tiradentes contra a intervenção sofrida pelo sindicato. Polícia Especial cercou o Palácio na assembléia.”

*Houve, sem dúvida, muita gente do povo que premida pelas durezas de uma quase desesperadora situação econômica, se meteu no movimento espontaneamente. No entanto, por entre os estudantes e o povo, apareceram certas figuras que incitavam os ânimos e davam um pouco de coordenação às agitações.*⁸

O movimento sindical, durante o período 1943-1948, depois de anos de ditadura, seria mais um pretexto para a tomada de atitudes repressivas por parte do Governo Dutra. A emergência de um movimento sindical naquela conjuntura devia-se, em parte, a queda das barreiras políticas, mas também, a alta taxa de exploração do trabalho em função da guerra, que havia estimulado as lutas sociais. Com uma relativa liberdade ao movimento sindical, mesmo sem a alteração da estrutura sindicalista, os trabalhadores urbanos manifestaram-se em uma série de ações “independentes” do sindicato.

O período foi marcado por movimentos que reivindicavam autonomia sindical e direito de greve. O Partido Comunista e demais forças progressistas não-comunistas lutavam contra os pontos da legislação trabalhista que impedia uma organização sindical livre, mas terminavam fazendo uma política de contenção das greves. As paralisações em sua maioria foram organizadas por comissões formadas nos próprios locais de trabalho. Estas comissões

⁸ O Estado de S. Paulo. 01/09/1946.

constituíram-se em uma tentativa de superação da estrutura sindical. Entre os metalúrgicos, por exemplo, elas foram o próprio espaço de formulação das reivindicações classistas. Os metalúrgicos, revelando vigor surpreendente, conseguiram organizar comissões nos locais de trabalho, pressionando os sindicatos no sentido de lutar pelas reivindicações classistas. A “conciliação” do governo Dutra não incluía a classe operária.

A partir de 1942, após vários anos de ditadura, as forças políticas de oposição começaram a se articular contra o Estado Novo. No ano de 1945, a “redemocratização” chegava ao auge. No dia 28 de fevereiro, Getúlio Vargas decretava o ato adicional nº 9, que fixava o prazo de 90 dias para realização de eleições. A 18 de abril era conquistada a anistia. No dia 28 de maio era decretado o novo código eleitoral brasileiro, regulamentando a formação dos novos partidos políticos e o sistema eleitoral. Nas eleições, de 2 de dezembro de 1945, sob um clima de euforia, seis milhões de pessoas vão às urnas eleger seus representantes. O candidato à Presidência pelo PSD, General Dutra, foi eleito com 55% dos votos.

Quando estudamos o período que emerge com o fim do Estado Novo, constatamos um singular processo de mobilização das classes subordinadas, especialmente dos trabalhadores urbanos. Se, por um lado, a dita “redemocratização” propiciou um clima de euforia e de participação política, por outro, uma série de restrições à participação popular reprimiu a representação dessas classes na estrutura política.

O fenômeno populista só pode ser compreendido em sua historicidade, se analisado como resultado de condições sociais e históricas específicas. Alguns autores vêem no populismo uma prática política deslocada da luta de classes, isto é, uma simples manipulação das massas e conduzida por indivíduos carismáticos. Não concordamos com tal tipo de análise. O populismo possui existência na história das sociedades de classes, na história da luta de classes, portanto possui caráter de classe e é resultado de condições históricas e não somente expressão individual de um dirigente político. Francisco Weffort chama a atenção para o fato de que esta noção equivocada traduz o ponto de vista dos liberais perplexos diante dos rumos assumidos pelo processo político republicano populista. Alias, por meio desta visão, o período Dutra não seria definido como populista, devido ao seu caráter democrático,

elitista e repressivo. Contradições? Não. Afinal, estamos vendo que a democracia burguesa não somente aceita a repressão como necessita de instrumentos de exceção para seu governo.

... é uma situação histórico-social hegemônica o que, entre outros fatores, possibilita à burguesia estabelecer sua dominação de classe por meio do regime político democrático-burguês, no qual a violência estatal, indispensável e ininterruptamente presente (ainda que potencialmente), recebe a companhia de ingredientes de natureza consensual, os quais costumam cotidianamente aparecer em primeiro plano. Em outras palavras, afirmamos que uma dominação capitalista de tipo hegemônica se expressa, em termos de configuração política das instituições estatais, na forma da democracia burguesa- cujo bom funcionamento depende da coação para com os setores indômitos da classe trabalhadora... (DEMIER, 2012:32)

O populismo representou uma política de industrialização capitalista dirigida pelo Estado e apoiada nas classes populares. No Brasil, ele apareceu como o elo através do qual as massas urbanas - saídas do campo e mobilizadas pela industrialização, vincularam-se a representação política. Portanto, enquanto fenômeno político, o populismo deve e pode ser compreendido no contexto de crise política e desenvolvimento econômico após a revolução de 1930. Ele só é explicado num quadro de crise da representação política das frações dominantes. Para Armando Boito Junior, ao longo da Primeira República, a burguesia comercial exportadora e importadora deteve a hegemonia política. Com a crise da hegemonia produzida pela Revolução de 30 e somente superada com o Golpe de 64, os grupos dominantes industrialistas mostraram-se incapazes politicamente quando tentaram substituir as oligarquias nas funções de governo de uma sociedade ainda fortemente agrária, numa etapa em que se constituía a possibilidade de um desenvolvimento econômico capitalista nacional.

Por outro lado, o populismo também foi a expressão de incorporação das classes populares no desenvolvimento econômico urbano-industrial. Se, por um lado, esses setores pareciam não ter condições para pressionarem, por meios próprios no sentido de obterem representação e participação, por outro, a incapacidade das forças sociais industrialistas (dominantes) em substituir as antigas classes ou frações de classe, revelam a instabilidade política que se estabeleceu após 1930. Porém esta instabilidade não significou fracasso do projeto político burguês-liberal. Queremos justamente sugerir que, a partir de crise dos anos 20, a implantação deste projeto deu-se à custa de repressão e do conjunto articulado liberalismo-autoritarismo.

Portanto, para além de um novo esquema explicativo aonde o populismo apresenta caráter ambíguo, constituindo manipulação e atendimento das reivindicações das massas urbanas, interessa-nos apreendê-lo em sua especificidade política e histórica. Concordamos com Gisálio Cerqueira Filho, quando ele afirma:

Embora se fale de populismo como projeto político nas sociedades latino-americanas a partir de 1930, é precisamente a partir de 1946 que, no Brasil, ele se configura de modo mais concreto exatamente porque capaz de combinar elitismo, conservadorismo e autoritarismo com as garantias constitucionais e até certo ponto liberais da Carta de 1946. (CERQUEIRA FILHO, 1982:150)

Em fins de 1983, apesar da crise que se abatia sobre o país, nenhum outro tema – político ou econômico – era tão discutido como a sucessão do General-Presidente João Figueiredo. Estava nas ruas e nas praças a campanha pela aprovação de emenda do deputado do PMDB de Mato Grosso, Dante de Oliveira, que instituía a eleição direta para Presidente da República. No dia 25 de abril de 1984, a participação popular, condicionada, é reprimida. Com a derrota da emenda das diretas, a situação política encaminhou-se para eleição do Presidente da República por meio de Colégio Eleitoral. Estes fatos narram alguns dos momentos do processo político da transição conservadora após a ditadura instalada em 1964. Repetiu-se, assim o caráter da dominação burguesa no Brasil, que mesmo sofrendo transformações, as estruturas ficam preservadas e a dominação aperfeiçoada.⁹

Destarte, o objetivo deste texto é tão somente propor que a consideração da transição conservadora como um período democrático é obra do pensamento político dominante. Não apresento conclusões, mas apenas uma visão do tema, situando-o historicamente e sugerindo os aspectos que julguei mais relevantes, principalmente em torno de questões que defino como principais: a “Ilusão Democrática”, ou a situação diluída da repressão na transição conservadora, assegura a participação das classes subordinadas no projeto político burguês-liberal. A violência e toda sorte de medidas repressivas constituem estratégias de controle social e assumem na sociedade burguesa a função política de contribuir para preservar a hegemonia.

Referências Bibliográficas

⁹ Consultar FONSECA, Francisco. *Discurso Liberal e Práxis Autoritária na Imprensa Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 2011.

BONDUKI, Nabil. “Crise na Habitação e a Luta pela Moradia no Pós-Guerra”. In: *As Lutas Sociais e a Cidade*. KOWARIK, Lúcio (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “Questão Social” no Brasil. Crítica do Discurso Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

DEMIER, Felipe Abranches. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Niterói, Tese de Doutorado, 2012.

FONSECA, Francisco. *Discurso Liberal e Práxis Autoritária na Imprensa Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 2011.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Panela Vazia. O Cotidiano Carioca e o Fornecimento de Gêneros Alimentícios. 1945/1950*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Ática, 1987.

MENDES JR., Antônio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História. Texto e Contexto. Era de Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENDONÇA, Sonia R. de (org.). *O Estado Brasileiro: Agentes e Agências*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MOISES, Jose Álvaro. “Protesto Urbano e Política: o Quebra-Quebra de 1947”. In: *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

NEDER, Gizlene. *Os Compromissos Conservadores do Liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1979.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A Democracia Intolerante. Dutra, Adhemar e a Repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.